

O VALOR POLÍTICO DA PRÁXIS DOCENTE

Sofia de Evaristo Menescal Barreira

Universidade Federal do Ceará – UFC / Doutoranda em Educação

Universidade Estadual Vale do Acaraú – UVA / Docente

Fundação Cearense de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico –

FUNCAP / Bolsista – ufcsofia@yahoo.com.br

Introdução

O exercício profissional dos professores da educação básica tem sido caracterizado, muitas vezes e de forma resistente a mudanças, por posturas pedagógicas que explicitam ainda fortes resquícios de padrões, valores e concepções tendenciosamente tecnicistas. Entretanto, acredita-se que um dos elementos que contribuem para essa realidade tem sido a própria prática formativa implementada pelas Instituições de Ensino Superior.

Embora se reconheça que a política educacional brasileira de formação docente tem sido amplamente fortalecida, questiona-se o papel dos formadores, em sua maioria professores do ensino superior das licenciaturas. Estes necessitam redimensionar suas práticas e se perceberem não apenas como repassadores de conteúdos – o que ainda ocorre muito intensamente – mas sobretudo como sujeitos capazes de compreender sentido político que a práxis docente possui no cotidiano da formação que efetivam, em espaços de primordial contribuição para transformar as práticas pedagógicas dos professores da educação básica no âmbito dos desafios que a atualidade apresenta, de uma educação incluyente e cidadã.

Neste sentido, este texto busca explicitar alguns referenciais que contribuam para a compreensão do **valor político da práxis docente**, iniciando pelo esclarecimento sobre a fundamentação do próprio significado desse **político** e dessa **práxis** em destaque.



Iniciando pelo termo **práxis**, por estar presente, em seguida, nos diversos referenciais sobre o caráter do *político* aqui pretendido, é importante desde já diferenciar **práxis** de *prática*, palavras costumeiramente usadas para designar simplesmente a prática cotidiana, o que não demonstra a compreensão de um sentido mais completo e atualizado do que esses termos representam.

Práxis é entendida como *prática transformadora*, possível de ser pensada e repensada através da teoria e esta também pensada e repensada através da prática, assumindo, assim, o caráter dialético de construção de uma *pedagogia da práxis* (GADOTTI: 1995), comprometida com as necessidades práticas de transformação das realidades vividas nos diversos cotidianos educacionais.

Gadotti esclarece a concepção sobre a pedagogia da práxis, partindo da própria etimologia da palavra:

(...) Práxis, em grego, significa literalmente ação. Assim, pedagogia da práxis poderia ser confundida com pedagogia da ação, defendida pelo movimento da escola nova. Poderia ser considerada como uma nova versão da pedagogia pragmática que entende a práxis como prática estritamente utilitária, reduzindo o verdadeiro ao útil. Contudo, mais do que a escola nova, a pedagogia da práxis evoca a tradição marxista da educação (...). Nesta tradição, práxis significa ação transformadora (1995, p.30).

É exatamente objetivando conhecer elementos de concretização dessa ação transformadora que se faz necessária a compreensão do termo **político**, que também tem sido utilizado com sentidos variados, no cotidiano da vida em sociedade, ou seja, usa-se uma mesma palavra para significar diversos pensamentos ou ações, que, muitas vezes, perdem o próprio significado etimológico.

Com a palavra *político* não ocorre diferente, aliás, é uma das palavras que possuem uma gama abrangente de significados, sendo usada, em muitos casos, de forma incorreta ou tendenciosa, como linguagem de manipulação ideológica.

De acordo com os esclarecimentos de *Marilena Chauí* (1995),

(...) usamos a palavra política ora para significar uma atividade específica – o governo –, realizada por um certo tipo de profissional – o político –, ora para significar uma ação coletiva – o movimento estudantil nas ruas – de reivindicação de algumas coisas, feita por membros da sociedade e dirigida aos governos ou ao Estado (p.367).

A Autora complementa o seu pensamento, considerando que o sentido dessa palavra tem sido utilizado, ainda, para designar outra intenção, como está citado a seguir:

“Política universitária” e “política da escola” referem-se à maneira como uma instituição de ensino (pública ou privada) define sua direção e o modo de participação ou não de professores e estudantes em sua gestão, ao modo como os recursos serão empregados, ao currículo, às formas de avaliação dos alunos e professores, ao tipo de pessoa que será recebida como estudante ou como docente, à carreira dos docentes, aos salários, e, se a instituição for privada, ao custo das mensalidades e matrículas, etc. (Id.Ibid., p.368).

Com o constante crescimento das atribuições conferidas aos governos, sob a forma de Estado, observa-se ter havido uma ampliação no que se refere à dimensão das atividades políticas, que passaram a envolver conteúdos administrativos e organizacionais, decisões econômicas e serviços sociais.



As relações vivenciadas pelos indivíduos nesse contexto induziram a uma utilização generalizada da palavra política, quando se referem a toda modalidade de direção de grupos sociais que envolvam poder, administração e organização.

Quando a concepção cotidiana passa a enfatizar teores de *poder*, percebe-se certa divergência quanto ao significado da *política* para os indivíduos nos seus diversos espaços e referenciais ideológicos. Para compreender melhor como isso ocorre, é importante conhecer alguns sentidos originais da *política*, bem como a forma pela qual essas acepções foram, aos poucos, sendo incorporadas de forma distorcida pelos indivíduos no âmbito das relações sociais.

Embora exista o uso generalizado e vago da palavra *política*, esta possui outros sentidos, mais específicos e precisos, quais sejam:

(...) o significado de governo, entendido como direção e administração do poder público, sob a forma do Estado.

(...) o significado de atividade realizada por especialistas – os administradores – e profissionais – os políticos –, pertencentes a um certo tipo de organização sociopolítica – os partidos –, que disputam o direito de governar, ocupando cargos e postos no Estado.

(...) o significado, derivado do segundo sentido, de conduta duvidosa, não muito confiável, um tanto secreta, cheia de interesses particulares dissimulados e freqüentemente contrários aos interesses gerais da sociedade e obtidos por meios ilícitos ou ilegítimos (CHAUÍ: 1995, p.368-369).

Pode-se perceber que atualmente coexistem diversas e divergentes concepções sobre *política* ou *político*. Considera-se importante, então, recorrer à origem dessas palavras, que aponta inclusive o significado que se busca resgatar neste tex-

to sobre **o valor político da práxis docente**. Partindo do próprio sentido contextualizado dessa origem, certamente será bem mais fácil compreender as razões que têm levado às transformações conceituais, que acompanham as próprias mutações das relações sociais em que os indivíduos são, não apenas determinados, mas fundamentalmente determinantes.

A palavra *política* possui origem grega: *ta politika*, vinda de *polis*, e, segundo Chauí:

Polis é a Cidade, entendida como a comunidade organizada, formada pelos cidadãos (*politikos*), isto é, pelos homens nascidos no solo da Cidade, livres e iguais, portadores de dois direitos inquestionáveis, a **isonomia** (igualdade perante a lei) e a **isegoria** (o direito de expor e discutir em público opiniões sobre ações que a Cidade deve ou não deve realizar).

Ta *politika* são os negócios públicos dirigidos pelos cidadãos: costumes, leis, erário público, organização da defesa e da guerra, administração dos serviços públicos (aberturas de ruas, estradas e portos, construção de templos e fortificações, obras de irrigação, etc.) e das atividades econômicas da Cidade (moeda, impostos e tributos, tratados comerciais, etc.) (Id.Ibid., p.371).

Chauí complementa, considerando que

(...) a política foi inventada pelos humanos como o modo pelo qual pudessem expressar suas diferenças e conflitos sem transformá-los em guerra total, em uso da força e extermínio recíproco. (...) como o modo pelo qual a sociedade, internamente dividida, discute, delibera e decide em comum para aprovar ou rejeitar as ações que dizem respeito a todos os seus membros (Id.Ibid., p.370).



Considerando essas intenções como propulsoras à estruturação da vida humana em uma sociedade política, torna-se fundamental um questionamento que busque explicações para que se compreenda essa contradição que está presente no processo de transformação do conceito de *política*, de algo que foi pensado e instituído inicialmente para organizar e beneficiar a vida humana em sociedade, para algo que é utilizado atualmente com objetivos de usurpar os próprios direitos humanos coletivos, estruturando uma sociedade que só oferece condições de cidadania para a minoria dominante, que possui poder e o utiliza para benefícios e interesses individuais.

Os meios de propagação coletiva transmitem, cotidianamente, uma visão pejorativa da política, através de mensagens contínuas sobre corrupção, fraude, crimes impunes praticados por políticos e por autoridades que atuam na burocracia, acerca do desvio de recursos públicos que deveriam ser usados para combater a fome, as doenças, a pobreza, as desigualdades econômicas e sociais, matérias relativas ao uso das leis com finalidades contrárias aos objetivos que tiveram ao serem elaboradas, e muitas outras temáticas.

Como consequência, os indivíduos passam a ser desrespeitados e prejudicados em seus direitos de cidadãos, tratados de modo desumano, autoritário e violento. Pode-se ter como exemplo o caso dos serviços públicos, pagos pelos próprios cidadãos – através dos impostos – que não atendem nem mesmo às necessidades sociais básicas dos indivíduos, dentre elas a educação.

Contribuindo também para uma visão negativa da política, a elaboração e aplicação – ou não aplicação – das leis é um fato determinante nas relações travadas na sociedade e que atinge as diversas dimensões da vida social. A maneira como as leis são redigidas acaba por torná-las incompreensíveis para a sociedade, exigindo que sejam interpretadas por especialistas, o que não garante uma leitura correta, podendo ser feita

para atender – às vezes simuladamente – a interesses ideológicos contrários aos do povo.

Mesmo parecendo um verdadeiro paradoxo, é necessário compreender que a oposição a esses fatos só é possível se os indivíduos utilizaram a própria política, para que existam mudanças na forma e no conteúdo do poder. Essa visão de política, pouco compreendida pelos indivíduos, é que necessita ser esclarecida e vivenciada, para a concretização da possibilidade histórica das transformações sociais.

Toda a crítica que se faz ao trabalho ideológico dos meios de propagação massiva, é que, em geral, eles mostram apenas um dos lados da política, a parte negativa e desanimadora, tornando as pessoas desgostosas e decepcionadas, rejeitando qualquer tipo de participação política, que as levam, mesmo na passividade – ou exatamente por causa dela – à política da aceitação e do conformismo.

Em busca de melhor análise da dinâmica social onde diversas concepções de *política* têm sido geradas, e para que também se compreenda melhor a fundamentação do que seja um ser político, é imprescindível a capacidade de perceber a *dialética* dessa própria dinâmica, ou seja, onde um ser político é necessariamente um ser que compreende a sociedade e a humanidade dentro de um processo dialético de desenvolvimento desse mesmo homem e das relações sociais por ele estruturadas e vivenciadas.

Partindo dos princípios ou leis da dialética, essa compreensão torna-se melhor fundamentada e mais facilmente percebida, devido à importância concreta de compreendermos qualquer temática da vida humana iniciando pelos próprios fundamentos:

Princípio da totalidade: tudo se relaciona.

Para a dialética a natureza se apresenta como um todo coerente onde objetos e fenômenos são liga-



dos entre si, condicionando-se entre si. O método dialético leva em conta essa ação recíproca e examina os objetos e fenômenos buscando entendê-los numa totalidade concreta (GADOTTI: 1984, p.24-25).

Princípio do movimento: tudo se transforma.

A dialética considera todas as coisas em seu devir. O movimento é uma qualidade inerente a todas as coisas. A natureza, a sociedade não são entidades acabadas, mas em contínua transformação, jamais estabelecidas definitivamente, sempre inacabadas. É o que Engels chama de “lei da negação da negação” e que Politzer chama de “lei da transformação universal e do desenvolvimento incessante”, também chamada de “lei da negação ou ultrapassagem” (Id.Ibid., p.25).

Princípio da mudança qualitativa: mudança qualitativa.

Esta mudança qualitativa dá-se pelo acúmulo de elementos quantitativos que num dado momento produzem o qualitativamente novo. (...) É o que Engels chama de “lei da conversão da quantidade em qualidade e vice-versa” ou, segundo outros, de “lei dos saltos”. A partir de certo “limiar” dá-se a passagem da quantidade para a qualidade (Id.Ibid., p.26).

Princípio da contradição: unidade e luta dos contrários.

É nesta quarta característica ou “lei” que se detiveram os pesquisadores da dialética no século XX, desenvolvendo o que Engels havia apenas iniciado. Os elementos contraditórios coexistem numa realidade estruturada, um não podendo existir sem o outro, a burguesia e o proletariado, por exemplo. A

existência dos contrários não é um absurdo lógico, ela se funda no real (Id.Ibid., p.26).

Esses princípios ou leis da dialética induzem a reflexões que pretendem mostrar que na vida em sociedade tudo está relacionado reciprocamente, nos diversos processos de desenvolvimento político, econômico, cultural e social. Como afirma *Kosík*,

A compreensão dialética da totalidade significa não só que as partes se encontram em relação de interação e conexão entre si e com o todo, mas também que o todo não pode ser petrificado na abstração situada por cima das partes, visto que o todo se cria a si mesmo na interação das partes (1969, p.42).

A essa análise acrescenta-se, ainda, que, enquanto houver vida humana, existe a possibilidade da transformação, à medida que: se conceba necessariamente o homem como um ser histórico, criador e recriador da sua própria realidade; os indivíduos devam perceber o valor qualitativo das mudanças quantitativas; as instituições sociais – aqui incluídas as educacionais – sejam espaços essencialmente contraditórios, onde existe a possibilidade tanto para a reprodução como para a transformação da sociedade.

Um ser político deve perceber-se, então, como elemento fundamental dessa contradição que, revelada concretamente através das relações sociais, deve ser profundamente compreendida para poder ser superada continuamente em função das necessidades que se revelem através do próprio homem.

Nesse intuito, pode-se recorrer ao pensamento de *Lefèbvre*, quando considera que

(...) a contradição dialética é uma inclusão (plena, concreta) dos contraditórios um no outro e, ao mes-



mo tempo, uma exclusão ativa. (...) O método dialético busca captar a ligação, a unidade, o movimento que engendra os contraditórios, que os opõe, que faz com que se choquem, que os quebra ou os supera (1975, p.238).

Diante de todas essas considerações, se acredita que é através de uma análise dialética das relações sociais, políticas, econômicas e culturais que melhor se explicam as razões das contradições nas quais a população – mais especificamente aquela que, mesmo estando a favor de uma sociedade verdadeiramente democrática, não possui a estruturação de um pensamento crítico organizado nem esclarecido politicamente – passou a conceber política unicamente como algo ruim para o próprio cidadão, alguma coisa imoral utilizada por pessoas sem escrúpulo nem respeito diante dos direitos e lutas travadas no âmbito da sociedade. Tal postura tem levado a uma certa apatia política, o que não deixa de significar uma política de aceitação e até mesmo conivência para com a ideologia implícita ou explícita nas determinações impostas pelas classes dominantes, detentoras do poder.

O fulcro da discussão posta, então, é a existência de uma necessidade – talvez dissimuladamente latente pelo controle ideológico da classe dominante – de se resgatar o verdadeiro sentido da palavra política e sua importância diante de todos os segmentos que compõem a sociedade, ou seja, concebê-la como inserida dialeticamente em todas as atividades desenvolvidas pelo homem, nas quais se incluem as educacionais, em suas mais diferentes e divergentes relações com o aparelho do Estado e com o próprio homem.

É exatamente quando o indivíduo se percebe com um ser político, determinado e determinante da dialética das relações sociais, que ele se torna capaz de transformar essas mesmas relações sociais, nas quais está inserido, através de um questionamento crítico e politizado de seus condicionantes e

de suas possibilidades de superação. Para tanto, a educação escolar possui um valor inquestionável, à medida que desenvolva uma prática político-pedagógica comprometida com os interesses e necessidades dos indivíduos na luta pela efetivação de sua cidadania.

Uma educação escolar verdadeiramente democrática é exercida por professores que sejam capazes tanto de se perceber como agentes políticos, como de compreender a dialética das relações sociais onde se encontram a escola e a comunidade escolar. Por fim, devem alcançar **o valor político da práxis docente** no contexto das contradições sociais, sabendo que no âmbito das práticas pedagógicas existe a possibilidade de a escola ser utilizada como espaço de reprodução dos valores das classes dominantes ou como *locus* de contestação e construção de um pensamento crítico, politizado e transformador.

Um professor comprometido politicamente entende que na pedagogia o pensamento dialético também precisa se fundamentar dialeticamente, ou seja, necessita se explicar numa reflexão filosófica fundamental em sua relação com a prática em que se efetiva e a partir da qual e para a qual estabelece proposições.

Wolfdietrich Schmied-Kowarzik ressalta a preocupação com o “uso” da pedagogia dialética, ao afirmar que:

(...) a pedagogia dialética não é apenas uma diretriz no plano teórico da ciência da educação, mas a preocupação teórico-científica (filosófico-fundamental) da fundamentação da pedagogia como ciência que, enquanto prática, não possui seu sentido em si mesma, mas na humanização da práxis (1988, p.15).

Para o referido Autor, uma ciência específica só se torna dialética ao encontrar a auto-compreensão da e para a práxis humana, através da auto-reflexão e da negação determinada desta, pois a pedagogia dialética se legitima da seguinte maneira:



1. como análise situacional dialética para a atividade educacional, que guia o educador a elucidar situações como sendo educativas e a dominá-las educacionalmente sem lhe subtrair, na práxis, a sua decisão educacional;
2. como interpretação dialética do sentido do empreendimento conjunto da educação, com vistas à formação humana do educando, que orienta a educação para a autoformação deste, sem ao mesmo tempo impossibilitar isto com determinações antecipadas;
3. como auto-reflexão dialética sobre possibilidades e limitações de enunciados pedagógicos da e para a prática educacional, que constitui a pedagogia enquanto ciência prática cujo sentido não está na compreensão, mas no aperfeiçoamento da práxis (Id.Ibid., p.17).

A reflexão não deve ultrapassar os limites de uma investigação crítica de cada realidade educacional, o que a impossibilita de se tornar uma teoria da prática que oriente e guie a práxis educacional futura, por não conhecer as especificidades de cada situação que se apresenta ao professor.

O valor político da práxis docente se efetiva, então, quando o professor

(...) reconhece que as exigências educacionais não podem ser derivadas linearmente a partir de proposições normativas, mas podem ser obtidas apenas a partir de situações concretas em que a educação é postulada, e que os dados educacionais não podem ser representados linearmente nos fatos estabelecidos empiricamente, mas precisam ser interpretados unicamente a partir das exigências sob as quais se posiciona a educação, então irrompe a aporia do auto-encontro metódico da posição científica da pedagogia (...) (Id.Ibid., p.50).

O professor precisa, para sua atuação em situações concretas, de um esclarecimento teórico sobre a práxis da educação, que represente não apenas *uma explicitação posterior de uma ação, mas cujos conhecimentos atuem sobre a prática da educação (...), ofereçam ensinamentos, indiquem caminhos, apresentem objetivos à própria atividade do educador* (LITT: FUEHREN, *apud* SCHMIED-KOWARZIK: 1988, p.51).

O valor de uma proposta pedagógica, como norteadora da práxis docente de um educador, se efetiva à medida que esclarece dialeticamente pontos pertinentes aos problemas cotidianos por ele vivenciados, tornando-o capaz de posicionar-se conscientemente em busca do redimensionamento das próprias atividades.

No entanto, essa proposta pedagógica deve ser considerada apenas como um suporte, uma orientação flexível em função dos desdobramentos que o próprio cotidiano apresenta, pois uma teoria pedagógica não deve ser seguida como uma regra que prepondera diante do conhecimento empírico que o educador adquire no âmbito das diferentes situações educacionais.

Há uma necessidade, então, de elaborar uma análise da relação teoria/prática na dialética do processo pedagógico, momento em que é bastante válido recorrer ao pensamento do pedagogo soviético *Anton Semionowitch Makarenko*, como uma importante referência, através da derivação dos pensamentos marxistas aplicados à temática educacional.

Makarenko compreende que a educação deve ser uma interferência ativa sempre renovada, direcionada pelos educadores sobre a humanização dos educandos, conduzindo estes à solidariedade entre os homens, especialmente no contexto da sociedade burguesa onde se estimulou o livre desenvolvimento de aptidões individuais, que funciona contra as relações de solidariedade humana.

Nessa linha de pensamento, para que o professor possa realizar um trabalho político de direção, a docência não pode



se compreender como um simples acompanhamento de apoio e de inibição do processo natural de desenvolvimento. É fundamental que a tarefa mais importante da pedagogia esteja relacionada à organização de um processo educacional coletivo, na formação de um coletivo dos educandos e na direção de seu progresso comum, efetivando-se, assim, a dialética do processo pedagógico.

O coletivo a que Makarenko se refere significa um *complexo de indivíduos* conscientes do seu objetivo, que se organizam, possuem órgãos do coletivo, e seus membros estão numa dependência mútua responsável, executando o trabalho em *comunidade de responsabilidade* e de participação.

Para ele, os pressupostos básicos para um trabalho educacional com o coletivo são a sua *disciplina* e as *perspectivas* de seu progresso.

Quanto à *disciplina*, considera que

Somente o coletivo como um todo pode ser objeto da educação (...). Apenas quando educamos o coletivo podemos contar com descobrir uma forma de organização sua em que a personalidade individual possua ao mesmo tempo a maior disciplina e a mais ampla liberdade (MAKARENKO apud SCHMIED-KOWARZIK: 1988, p.65).

Por *disciplina* não entende, o Autor, uma medida de imposição externa, mas a própria pressuposição ética e política para a construção e manutenção do coletivo.

Quanto às *perspectivas*, estas são inicialmente fornecidas pelo educador aos educandos sempre apontando para um futuro melhor, que deve ser alcançado mediante um trabalho conjunto no coletivo, pois

Educar um homem significa formar nele as perspectivas de um modo de vida em que se situem os pra-

zeres do amanhã... Toda metodologia desta mais importante das atividades 'de uma educação coletiva' consiste na formação de novas perspectivas, (pela) utilização das já existentes e substituição gradual das inferiores por outras de maior valor (Id.Ibid.).

Para gerar esse processo de formação e desenvolvimento do coletivo, é necessário compreender como pode ser efetivado através da dialética do processo pedagógico, onde a própria pedagogia necessita de uma dupla redeterminação de autocompreensão, que se expressa, segundo Makarenko, por dois princípios básicos: *ambição de metas* e *dialética dos meios educativos*.

Nessa linha de pensamento, a determinação dialética de *objetivos e metas* de uma proposta educacional é uma tarefa política que deve anteceder a pedagogia, na medida em que exista a participação da comunidade social no seu coletivo.

A pedagogia, especialmente a teoria da educação, é sobretudo uma ciência com objetivos práticos. Não podemos simplesmente educar um homem, não temos o direito de realizar um trabalho educacional, quando não temos frente aos olhos um objetivo político determinado. Um trabalho educativo que não persegue uma meta detalhada, clara e conhecida em todos os seus detalhes, é um trabalho educativo apolítico (Id.Ibid., p.66).

A *dialética dos meios educativos* considera o fato de que a pedagogia inicia e dirige um processo educacional coletivo mediante medidas organizacionais gerais e mensurações educativas específicas, estando fundamentalmente atenta às exigências que são determinadas pela práxis. No entanto, deve possuir um controle contínuo do curso e dos resultados do processo educacional, através da própria prática, modificando-



os e corrigindo-os em conformidade com a situação vivenciada e pretendida.

Como resultado, configura-se, no e para o coletivo, um processo dialético de aperfeiçoamento recíproco entre pedagogia e educação, entre planejamento e realização da experiência permanente, em função de realizar, na prática, a determinação de objetivos políticos de uma educação que passa a ser concebida como uma experimentação dialética com finalidades práticas.

Partindo do pressuposto de que o educador distingue as aspirações dos educandos quanto ao conhecimento e formação de que necessitam – embora nem sempre possuam uma prática docente coerente com os interesses dos educandos –, Makarenko entende que

Nós todos sabemos muito bem que tipo de homens é preciso educar. (...) Portanto, a dificuldade não reside na questão 'o que' precisamos educar, mas 'como' devemos fazê-lo. E esta é uma questão da técnica pedagógica. Só quando existem experiências técnicas é possível haver invenções, aperfeiçoamentos, seleção e eliminação do refugo (Id.Ibid.).

A dialética dos meios educacionais tem, por conseguinte, sua função no aprimoramento da técnica pedagógica, na comprovação de medidas educacionais e no controle de seus resultados na prática, significando o progresso da pedagogia, como ciência prática, no seu empenho pelo aperfeiçoamento da educação coletiva da juventude.

É importante ressaltar que a pedagogia, como ciência prática para uma educação coletiva da juventude, percebe o processo educacional inserido em uma totalidade social, onde esse social é constituído por classes antagônicas e conflitantes, motivos pelos quais todos os elementos constituintes da ação pedagógica devem estar comprometidos com **o valor político da práxis docente**.

Referências Bibliográficas

CHAUÍ, Marilena. **Convite à filosofia**. 3ª ed. São Paulo: Ática, 1995.

GADOTTI, Moacir. **Concepção dialética de educação**. São Paulo: Cortez: Autores Associados, 1984.

_____. **Pedagogia da práxis**. São Paulo: Cortez – Instituto Paulo Freire, 2002.

KOSIK, Karel. **Dialética do concreto**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1969.

LEFÈBVRE, Henri. **Lógica formal, lógica dialética**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1975.

MAKARENKO, Anton Semionowitch. **Werke in 7 Bden**. (Obras em 7 vols.), Berlim, 1956. apud SCHMIED-KOWARZIK, Wolfdietrich. **Pedagogia dialética: de Aristóteles a Paulo Freire**. São Paulo: Brasiliense, 1988.

SCHMIED-KOWARZIK, Wolfdietrich. **Pedagogia dialética: de Aristóteles a Paulo Freire**. São Paulo: Brasiliense, 1988.